



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto,
com as alterações das Leis n.º 28/95, de 18 de Agosto e n.º 12/98, de 24 de Fevereiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos.

1 - Identificação:

Nome:	_____
Data de Nascimento	____/____/____
Estado Civil	_____
Residência	_____
Localidade	_____
Código Postal	_____
Cargo que ocupa	_____
Início de funções	_____

2 – Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais:

Exerce o cargo de: _____
em **exclusividade de funções**? Artigo 4º e nº1 do artigo 10º da Lei 64/93, de 26 de Agosto).

Sim _____ Não _____

Se respondeu não, qual a natureza (profissional, empresarial, associativa ou fundacional, etc; remunerada ou gratuita) da outra ou das outras actividades de exercício continuado que desempenha e respectiva identificação:

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

3 – Participações Sociais:

Indicação das participações sociais que eventualmente detenha no capital de qualquer sociedade, devidamente identificadas através da denominação e sede social respectivas e da percentagem desse capital a que as mesmas participações correspondem. (parte final do nº1 do artigo 10º da Lei nº 64/93).

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura)